



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

Interpelação ao Governo Regional
Política Agrícola
(Intervenção de encerramento)

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

A realização desta Interpelação contribuiu, não só para uma discussão interessante em si mesmo como a que acabámos de realizar, mas contribui principalmente, para a realização de uma responsável discussão política, neste que é o principal Orgão do Sistema Autónómico, sobre aquele que é o principal sector e a principal e mais segura potencialidade da nossa economia regional.

O Grupo Parlamentar do PCP orgulha-se, natural e legitimamente, de ter tido o papel de partido interpelante, mas mais do que orgulho sentimos que cumprimos uma obrigação que resulta, directa e inequivocamente, dos compromissos que assumimos com a nossa sociedade quando nos propusemos exercer um papel de representação política institucional.

De facto o PCP/Açores tem tido sobre a Agricultura açoreana uma posição muitíssimo clara, que não dá lugar a equívocos ou a avaliações hesitantes subjectivas, de gabinete ou outra natureza qualquer.

Para o PCP/Açores a Agricultura em geral e a agro-pecuária em especial constituiu o sector económico que tem sido, que é, e que é desejável que

continue a ser, o pilar fundamental desta nossa pequena e distante economia regional insular.

Temos um território pequeno mas que tem excelente aptidão agrícola; temos uma população pequena mas que tem uma excelente aptidão criada por gerações para as nossas práticas agrícolas e pecuárias principais; temos condições climáticas excelentes para a cultura de ervas forrageiras, mas que simultaneamente permitem outras práticas e culturas agrícolas; temos um sector leiteiro que se impôs há dezenas de anos no contexto nacional; temos, no sector do leite, uma importante capacidade de transformação instalada com uma enorme repercussão em toda a economia e em toda a sociedade; temos tradição e muitas potencialidades no sector da carne dado o tipo de produção natural e extensiva que nos caracteriza.

Temos tudo isto e por isso temos também que ter, sem hesitações, sem preconceitos e sem facilidades, uma linha de orientação política que seja de defesa do sector, que facilite a sua modernização, que garanta, no plano das infraestruturas as melhores condições de trabalho e mais razoáveis custos de produção; que permita uma racional e equilibrada ocupação do território, que, numa palavra permita que esta economia regional, pequena, distante, necessariamente dependente e inevitavelmente frágil, continue a ter um alicerce próprio, uma capacidade reconhecida e com algum peso, uma possibilidade real de existir de acordo com as suas próprias, reconhecidas e celebradas potencialidades.

O PCP/Açores defende há muitos anos esta ideia, e com o evoluir do tempo essa opção ainda mais se acentua dadas as condições actuais de produção, de enquadramento e de mercado.

Não tem cabimento defender hoje uma agricultura pulverizada sem produtos principais e sem estar associada a um sector de transformação extenso, moderno e com elevadas produtividades. Defender a diversificação agrícola,

como nós a defendemos, é defender um bom e naturalmente diversificado aproveitamento da nossa SAU, com todas as vantagens equilibradoras e racionalizadoras, nos planos ambiental e económico. Defender a pulverização produtiva sem que se associe à qualidade a quantidade é o mesmo que defender o regresso a uma economia de subsistência ou quando muito e apenas em certo grau, de abastecimento do mercado interno.

É pois essencial defender a nossa produção leiteira.

É essencial defender a produção de carne e criar mecanismos de transformação.

É essencial zelar por uma boa ocupação dos solos e não fazer, por exemplo, floresta onde há muito que se faz produção de leite, havendo sim lugar à floresta onde ela é possível e desejável.

É essencial acalentar as experiências positivas já feitas em produtos de qualidade para exportação nas áreas da floricultura e da fruticultura.

É essencial defender as culturas industriais tradicionais especialmente a beterraba sacarina e o tabaco, quer por razões de equilíbrio agrícola quer por razões de ordem económico-social de muito peso.

Mas também queria afirmar, em nome do PCP/Açores, que esta nossa visão em relação à agricultura, a sua importância e o seu peso, não é impeditiva de pensarmos que há outros sectores económicos cujo desenvolvimento ou consolidação é essencial para que esta economia insular e distante cresça e gere desenvolvimento. Assumem naturalmente esse papel os sectores da pesca e transformação de pescado e o sector do turismo.

Erro clamoroso seria o de pensar que qualquer destes sectores deva ser resposta principal absoluta ao nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Outra questão existe que, por vezes é bem mal tratada e bem mal equacionada por alguns sectores da nossa sociedade.

Estou a referir-me à relação geral entre produção e preservação ambiental e em especial à relação entre produção agrícola e defesa do ambiente.

Todos sabemos que existem na nossa Região zonas vulneráveis onde se instalaram desequilíbrios, nomeadamente nas bacias hidrográficas das Furnas e Sete Cidades. Esses casos carecem de rectificação, de recuperação e de reequilíbrio, objectivos esses que podem ter que passar, nessas bacias, pela diminuição do esforço agrícola. Têm que se encontrar essas soluções não só com urgência, mas também num quadro de verdadeiro respeito pelos interesses dos produtores agrícolas aí instalados.

Mas se é verdade que existem essas zonas vulneráveis é também verdade, à parte tais excepções, que a agro-pecuária açoriana, com a superfície agrícola que utiliza e com a manada que dispõe, não prejudica o sistema ambiental, antes contribui fortemente para o ordenamento do território.

O PCP/Açores não defende um crescimento de áreas nem o crescimento do encabeçamento, defende, sim e com toda a energia, a criação de condições para que sejam atingidas as produções que a actual área e o actual encabeçamento permitem.

Podemos evitar erros que outros cometeram no passado nessa relação com o ambiente, não podemos é aceitar que se considere estarmos numa situação de desequilíbrio em que de facto não estamos.

Seria, permita-se-me a expressão, verdadeiramente criminoso em termos regionais, se se procurasse mutilar as nossas potencialidades agrícolas invocando realidades que não são as nossas.

Temos uma prática agrícola muito marcada pela extensividade, pelo uso da natureza, pelo maneio tradicional. Essas são características que se enquadram na nossa realidade ambiental, que são positivas na procura de mercados e que são essenciais na estrutura de explorações e empresas de raiz familiar que temos.

O Deputado José Decq Mota continuou, depois de ler a intervir de improviso no Encerramento tendo ainda tratado os seguintes temas:

Questão da actual falta de confiança dos agricultores — Defesa da necessidade de haver orientações claras que criem perspectivas reais para o sector e para cada lavrador.

Questão da quota do leite — necessidade urgente de haver medidas que viabilizem a produção e a capacidade produtiva existente. Necessidade de recorrer ao Estatuto da Ultraperiferia para obter essas medidas que podem ter que ser imediatas. Apelo para que todos os partidos e governo (na Região e na República) se entendam sobre esta necessidade açoreana.